



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,**

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO ACOMPANHAMENTO  
PSICOLÓGICO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS**

**GABRIELA CRISTINA BOSSI DA SILVA**

**ORIENTADOR(A): PATRICIA C. CAMPOS RAMOS**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**GABRIELA CRISTINA BOSSI DA SILVA**

**POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO ACOMPANHAMENTO  
PSICOLÓGICO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
do Departamento de Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Patrícia C. Campos Ramos

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

GABRIELA CRISTINA BOSSI DA SILVA

### **POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

PATRICIA C. CAMPOS RAMOS (Orientador)

---

DIVA M. ALBUQUERQUE MACIEL (Examinador)

---

GABRIELA CRISTINA BOSSI DA SILVA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles alunos e profissionais que anseiam pela real efetivação da inclusão, de um modo geral, em nossa sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

**A Deus,**

que iluminou meu caminho durante esta caminhada.

**Aos meus pais, irmã, sobrinho amado e a toda família,**

que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que concluísse esta etapa de vida, de forma especial e carinhosa me dando força e coragem, além de apoiarem nos momentos de dificuldades.

**A meu amigo e noivo Erick,**

que sempre com muito amor e paciência me incentivou a não desistir, mesmo quando me faltava forças para prosseguir.

**A professora – tutora Fabiana da Silva,**

que foi tão importante na caminhada durante o curso. Obrigada pelo carinho, dedicação e amizade.

**À minha professora – tutora online e orientadora Patricia C. Campos Ramos,**

pela paciência na orientação, incentivo e dedicação exemplar que tornaram possível a conclusão desta monografia. Um obrigado especial.

## RESUMO

BOSSI-SILVA, G. C. *Possíveis contribuições do acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais*. Monografia, Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, Departamento de Psicologia Escolar de Desenvolvimento Humano – PED/IP – Universidade de Brasília – UnB/UAB. Brasília, 2015.

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais cresce no país. A partir disto, várias são as discussões em torno da contribuição do profissional de Psicologia na educação inclusiva. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo detectar as demandas e possíveis contribuições do acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais, na cidade de Barretos, interior do Estado de São Paulo, com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Foram participantes desta pesquisa 02 profissionais, sendo 01 professora e 01 psicóloga, com idades entre 30 e 45 anos, de diferentes escolas. Foi realizada uma entrevista semi-dirigida com cada uma delas, contendo questões relativas à sua vivência acadêmica. A análise revelou que, de acordo com a opinião das participantes, os profissionais de Psicologia não têm autonomia suficiente para sua atuação na educação inclusiva, o que causa certa confusão na atribuição das tarefas. Em relação aos profissionais docentes, descrevem um sistema de ensino que não incentiva e não financia capacitações para os profissionais atuarem. Constatou-se a emergente necessidade de formações contínuas para ambos os profissionais, bem como preparo para trabalho em rede, facilitando o acesso a diversos aspectos do desenvolvimento. São necessárias novas investigações para conhecimento de quais características estão subjacentes a essa visão e execução do trabalho do psicólogo, além da exploração de um campo que requer algumas conquistas para tal profissional.

**Palavras-Chave:** Inclusão, Psicólogo, Educação.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>05</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Necessidades Educacionais Especiais.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Inclusão Escolar.....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 Psicólogo e atribuições na educação inclusiva.....</b>	<b>17</b>
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>21</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 Contexto da Pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3 Participantes.....</b>	<b>23</b>
<b>4.4 Materiais.....</b>	<b>23</b>
<b>4.5 Instrumentos de Construção de Dados.....</b>	<b>23</b>
<b>4.6 Procedimentos de Construção de Dados.....</b>	<b>24</b>
<b>4.7 Procedimentos de Análise de Dados.....</b>	<b>24</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>5.1 Percepções Sobre Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.....</b>	<b>26</b>
<b>5.2 Práticas Psicológicas.....</b>	<b>29</b>
<b>5.3 Acompanhamento Psicológico.....</b>	<b>31</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>40</b>
<b>A – Ficha de Dados Gerais.....</b>	<b>41</b>
<b>B – Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>45</b>
<b>A – Carta de Apresentação – Escola.....</b>	<b>46</b>
<b>B – Aceite Institucional.....</b>	<b>47</b>
<b>C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor.....</b>	<b>48</b>
<b>D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Psicólogo.....</b>	<b>49</b>



## 1 APRESENTAÇÃO

Sabemos que a inclusão escolar, atualmente, é uma realidade crescente na educação brasileira. Dentre os principais aspectos que a sustentam, no país, estão as políticas públicas de inclusão. Cerqueira-Silva (2001) cita, em seu estudo, que em uma pesquisa realizada com gestores das políticas públicas de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, os principais aspectos levantados por eles para uma real efetivação destas políticas está a promoção da autogestão das instituições, a descentralização dos serviços, a melhoria de recursos e o acompanhamento dos diversos serviços oferecidos.

Apoiando a inclusão escolar brasileira, surgem características e aspectos que buscam a melhoria deste fenômeno, sendo um deles, a importância de uma equipe multiprofissional que sustente a inclusão. Com base nisso, enxerga-se o papel do psicólogo como de suma importância, quando inserido na equipe e com possibilidades de intervenções significativas. Outro aspecto que merece relevância é a análise sobre se há suporte psicológico e quais as contribuições desta prática na busca de melhoria para os alunos inclusivos.

O trabalho de caracterizar as demandas de atendimento psicológico, sua importância e contribuições para alunos, familiares e profissionais poderá revelar informações significativas que poderão basear práticas de inclusão escolar. Em posse destas informações, podemos ter subsídios para melhor planejar e elaborar estratégias de atuação, além de revelar aspectos importantes que agreguem reflexões teóricas à esta prática.

As pesquisas desenvolvidas até o momento contemplam o papel do profissional de Psicologia na Educação, com atuações tradicionais e emergentes. Tradicionalmente, o psicólogo atua neste contexto com avaliação, diagnósticos, atendimentos e encaminhamentos de alunos em suas dificuldades escolares, orientação de pais e alunos, profissionais, dentre outros. As principais formas de atuação emergentes citam o diagnóstico, a análise e a intervenção na instituição, participação na proposta pedagógica da escola, além da Coordenação de projetos direcionados ao desenvolvimento do aluno. Algumas dessas pesquisas ainda apontam a importância de um acompanhamento próximo de psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas, entre outros profissionais, visando sempre a prática como algo secundário. E quando focalizam a inclusão e a adesão ao trabalho multiprofissional, é na relação direta desses fenômenos entre si, numa abordagem de causa e efeito, desconsiderando suas contribuições (MITJÁNS – MARTINEZ, 2010).

Umas das contribuições que a pesquisa pode oferecer é de que ao considerar a inclusão escolar como uma realidade crescente, colaborando na união da educação e outras áreas, visando a expansão da qualidade e melhoria desta prática.

Discutir as políticas públicas, suas teorias e práticas, e analisar a realidade da inclusão oferecida pelas escolas públicas e como se constituem e influenciam as práticas inclusivas atuais, são alguns dos aspectos nos quais a pesquisa se orientará, focalizando a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito social e escolar, numa visão da contribuição psicológica, escolar e desenvolvimento educacional.

Contudo, isto não significa ignorar a influência de contextos pré-estabelecidos, mas a tentativa de pesquisar fatores que contribuem para a efetivação da inclusão nos âmbitos citados acima. Por isso, a relevância de haver um corpo de conhecimentos consistentes que os levem em consideração. E esta seria outra das contribuições que esta pesquisa poderá oferecer, considerando a função da ciência como uma atividade que propõe a aquisição de conhecimento, com a finalidade de melhoria da qualidade de vida intelectual e material (JUNG, 2003).

A pesquisa tem como objetivo central detectar as demandas de acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais, em uma escola pública de Barretos, no interior do estado de São Paulo e as contribuições do trabalho do profissional psicólogo para a efetivação e melhoria da inclusão escolar.

Levando em consideração as mudanças e transformações que a sociedade atual é submetida a todo momento, a primeira seção do capítulo de Revisão da Literatura aborda as Necessidades Educacionais Especiais, mostrando ao leitor o surgimento da terminologia, bem como suas significações; de forma breve, traz as conquistas das pessoas com necessidades especiais, tanto em sua terminologia, quanto em igualdade de direitos.

Em seguida, a segunda seção aborda a Inclusão Escolar, levando em consideração a democratização, bem como aspectos éticos, políticos e sociais, e a importância de uma escola e sociedade cada vez mais inclusiva. Cerqueira – Silva (2011) destaca uma orientação mais clara e objetiva em que as políticas públicas dispõem-se numa perspectiva sistêmica e bioecológica, na qual a falta de uma estrutura adequada influencia diretamente nos envolvidos no processo. Para isso, a autora destaca que é necessário que os gestores priorizem as instituições de ensino que atendem estes alunos e que estas, por sua vez, conheçam as ações que são propostas pelas próprias políticas públicas. Deve-se ressaltar que para efetivação da inclusão busca-se, primeiramente, a efetivação das políticas públicas ligadas a ela. A autora

lembra da garantia assegurada pela Constituição Federal de que toda criança tem direito à educação, não podendo haver segregação e exclusão por motivos de deficiência.

A última seção aborda o trabalho do profissional de Psicologia na Educação. Ressaltamos a importância de um trabalho multiprofissional em que o psicólogo aja juntamente com os profissionais docentes, cada qual com suas atribuições. Salienta-se, também, as diversas atribuições do psicólogo, tanto diretamente com o aluno, quanto com a equipe profissional.

Na sessão Metodologia, é apresentado ao leitor o contexto em que a pesquisa foi realizada, quantidade de participantes, os materiais utilizados para a elaboração e a realização da pesquisa, os instrumentos para a coleta de dados, além dos procedimentos para a construção e análise dos dados da pesquisa.

Os resultados desta pesquisa foram dispostos em categorias, nas quais foram analisados e discutidos os seguintes subtemas: percepção sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, práticas psicológicas e suas contribuições; e as percepções sobre acompanhamento psicológico.

Em suma, o presente trabalho aborda aspectos que, unidos, podem ser levados à reflexão para a efetivação de uma escola mais inclusiva, considerando os alunos em sua totalidade e transformando o meio em que estão inseridos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade atual caminha rumo a transformações cada vez mais rápidas e intensas sob todos os pontos de vista. No passado, as mudanças tidas como significativas demandavam um tempo maior para ocorrer. Bauman (2001) utiliza liquidez como metáfora para definir o sentido da modernidade, sendo a fluidez sua principal qualidade; constante é a impermanência das coisas e a velocidade em que as mudanças acontecem determina transformações frequentes na sociedade contemporânea.

A constante urgência e a inquietação, características da modernidade e descritas acima, marcam fortemente a cultura, a política, a economia, a vida cotidiana e as instituições, de um modo geral. O modo como a modernidade se constitui, hoje, impacta as relações tanto em nível pessoal quanto institucional. Acompanhar o ritmo dessas mudanças pode ser algo difícil, bem como vir acompanhada por sentimentos de inadequação (OGA; CRUZ, 2010).

Há, nos dias de hoje, garantia na igualdade de direitos humanos a todos os indivíduos, conquistada por constantes reivindicações e mobilizações na tentativa de estabelecer equidade de direitos. Busca-se, contudo, o empoderamento das pessoas com qualquer que seja a necessidade especial do indivíduo pretendendo, a partir disso, mais conquistas e avanços às pessoas com qualquer tipo de deficiências e/ou dificuldades. A este respeito, Kelman (2010) ressalta o reconhecimento e acréscimo de poderes que visam a autonomia e exercício de cidadania e tomada de decisões, não restringindo de seus afazeres.

Roriz, Amorim e Rossetti-Ferreira (2005) identificaram, em seus estudos, que muitos dos conceitos e denominações não são entendidos de maneira clara pelos que participam e influenciam o processo inclusivo. Para os autores, aspectos singulares são pensados a partir de diferentes perspectivas, trazendo possibilidades diversas e apresentando discontinuidades frente a essa questão gerando, assim, certa confusão relacionada ao tema. Com isto, é necessário que todos os envolvidos no processo se apropriem de termos e conceitos conquistados ao longo dos tempos. Citaremos ao longo do trabalho, os mais utilizados na inclusão escolar de acordo com os estudos de Sassaki (2002) que aborda as principais e mais atualizadas terminologias para este tema.

## 2.1. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O termo Necessidades Educacionais Especiais foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (BRASIL, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, com base no Parecer CNE/CEB nº 17 de 03 de julho de 2001, homologado pelo MEC em 15 de agosto de 2001).

Ele faz alusão às necessidades especiais no âmbito educacional, em função de qualquer tipo de deficiência ou dificuldades de aprendizagem de crianças e jovens. A ideia de escola inclusiva surgiu do princípio de que “[...] crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, item 3, página 3). A partir disso, a escola não deve segregar os alunos e fazer com que estes se adaptem a ela, mas sim, que a escola se adapte às necessidades de cada aluno. (SASSAKI, 2002).

A Declaração de Salamanca (1994) destaca que o maior desafio em relação à escola inclusiva é no que diz respeito à adoção de práticas que contemplem a criança como centro das ações e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam necessidades especiais severas.

Para Matiskei (2004), o termo “necessidades educacionais especiais” pode ser atribuído tanto aos alunos que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, têm dificuldades e fracassos em seu processo de aprendizagem escolar. A ampla abrangência do termo indica que a maioria dos alunos pode ser incluído nesta denominação, uma vez que se encontra dentro da sala de aula, e que uma infinidade de demandas diferentes resultam em fracasso e evasão escolar.

Garcia (2004) destaca que os principais pilares de sustentação da política de educação especial, na educação básica, são: a estrutura pública, que envolve os equipamentos escolares, pessoal docente e outros profissionais; financiamento relativo ao fundo público; e as redes comunitárias. Vale a pena ressaltar que, neste caso, os professores e docentes, em geral, têm o importante papel de unir esforços da família e da comunidade à escola, pilares com implicações fundamentais na gestão da política no foco da educação inclusiva.

Além dos sistemas mais amplos, Cerqueira-Silva (2011) salienta a importância da família para a construção de implementação de políticas públicas de inclusão, sendo um recurso importante no planejamento e execução de ações nas escolas e instituições, propiciando tanto atendimentos educacionais especializados quanto multiprofissionais. Ressaltando a

importância destes últimos a autora esboça, em sua pesquisa, modelos de trabalho de atendimento centrado na família de crianças com necessidades especiais na rede de serviços de atenção primária, como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.

## **2.2. INCLUSÃO ESCOLAR**

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças (ONU, 1948, art. 8) ressalta que “toda criança tem direito à educação”. Parte do princípio de que todos os órgãos e instituições escolares têm por obrigação adaptar-se e acolher todas as crianças, independentemente de alguma deficiência, seja ela física, intelectual, além de condições sociais, aspectos emocionais, linguísticos, entre outros.

A construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva é essencial para a consolidação e o desenvolvimento de um estado democrático, onde a educação inclusiva deve ser ativa e eficaz. Contudo, o princípio da inclusão integra teorias e práticas, que passam a ser exploradas em muitos países, inclusive no Brasil. Isso implica na necessidade de melhorias educacionais, prevendo uma política educacional mais notória, que englobe a todos os indivíduos. Para isso, busca-se alterações nos currículos escolares, formação, estruturas e adaptações (MATOS; MENDES, 2014).

Coelho (2010) pontua que questões legais relacionadas à inclusão escolar devem ser orientadoras de mudanças, porém ainda não são vistas como garantia de efetivação da inclusão. Isso porque a legislação deveria ser etapa primordial no processo a favor da inclusão, uma vez que deveria ser construída a partir de amplos estudos e debates. Segundo a autora, deve haver um equilíbrio, para que não haja nem “o imobilismo da realidade, pois a mudança é desejada e desejável, nem o autoritarismo de decisões que tradicionalmente caracterizam os processos históricos da Educação Brasileira” (p. 58).

Matos; Mendes (2014) ressaltam que o debate sobre inclusão deve considerar a heterogeneidade na vivência social, para ir além do aspecto sociocultural, ético e político. Para isso, é necessário garantir democracia e diversidade, não apenas o trato democrático e público da diversidade, nem dividindo indivíduos por suas diferenças construídas socialmente, mas destacar as singularidades e identidades de grupos que vivem um histórico de exclusão social, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre eles.

A Declaração de Salamanca (1994) é uma das resoluções mais importantes relacionados aos princípios da educação especial. Mundialmente, é considerada um dos mais importantes

documentos que visam a inclusão social. Esta resolução tem como eixo central a educação para todos e visa a adaptação da escola às especificidades e dificuldades dos alunos, além do ensino diversificado a todas as crianças.

O decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011, considera público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Este decreto dispõe:

- I - a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2011, art. 1º, incisos I - VI).

A necessidade de equidade ao atendimento educacional, no ensino regular a todos os educandos, parte do princípio de igualdade de condições de acesso e permanência, com respeito à liberdade e apreço à tolerância, como bases e princípios da Educação. Dentre os objetivos traçados pela regulamentação, estão: “prover condições de acesso, permanência e participação, por meio do desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que auxiliem na eliminação das barreiras acadêmicas para esses alunos nos diferentes níveis acadêmicos” (BRASIL, 2008, Decreto n. 6.571, art. 2º).

Matos; Mendes (2014) apontam que no contexto brasileiro, para assegurar os direitos educacionais das pessoas com deficiência, é necessário discutir sobre as condições para se garantir o direito à educação da população atendida pela educação especial no país. Isso significa refletir em relação à proposta de inclusão escolar de todos os alunos, em específico, relacionado às políticas que sugerem a escolarização em classe de ensino regular, considerando as políticas de educação na perspectiva inclusiva.

Carvalho; Teixeira; Negreiros (2009) ressaltam que educar para a diversidade consiste em garantir uma educação na qual não haja distinção de classe social, raça, gênero, religião e características individuais. Para isso, é necessário que a escola seja um ambiente capaz de desconstruir paradigmas, superar preconceitos, romper estereótipos, sendo necessário uma transformação no modelo educacional e, principalmente, das atitudes dos profissionais em relação a inclusão, uma vez que estes têm um papel essencial no método inclusivo.

Segundo Matos; Mendes (2014), as maiores dificuldades para implementação de um sistema educacional inclusivo, no Brasil, são tanto relacionadas a arranjos sociais, considerando sua hegemonia, quanto às diversas condições que afetam os meios

concretamente disponibilizados para efetivação da proposta inclusiva, ou mesmo aos problemas especificamente ligados às diversas condições que afetam à execução do trabalho com alunos de quaisquer níveis de deficiência, transtornos, além da qualidade (falta dela) na formação dos profissionais envolvidos no processo.

A falta de acesso dos alunos à educação especial, no Brasil, não é a única deformidade a que se limita o ensino atualmente. Quando os alunos ingressam na escola, não há educação adequada, tanto pela falta de profissionais preparados e qualificados quanto pela carência de recursos na rede. Há de considerar-se, também, a segregação escolar, visto que a maior parte destes alunos são matriculados em instituições beneficentes ou na rede privada de ensino, tendo em vista a demanda existente, os descasos do poder público e baixa oferta de matrículas para a rede pública de ensino (MENDES, 2006).

A efetivação da inclusão escolar para alunos com necessidades educacionais especiais deve superar os limites da escola, estabelecendo um trabalho focado na intersetorialidade de todas as políticas, unindo esforços de áreas como a da saúde, assistência social, entre outras, com o objetivo de aperfeiçoar ações sobre a aprendizagem dos alunos assegurando, assim, condições necessárias e primordiais para os requisitos básicos de que necessitam para aprender (MATISKEI, 2004). Ressalta-se a contribuição do profissional de Psicologia no processo de ensino-aprendizagem, além da elaboração de projetos políticos-pedagógicos visando ações designadas a aprendizagem de todos os alunos e funcionamento do ensino regular.

Ainda de acordo com Matiskei (2004), diante deste contexto, é fundamental a intensificação de parcerias com outras esferas do poder público e união, com segmentos da sociedade civil, visando desenvolver ações que concretizem o processo da inclusão escolar avançando, assim, em direção às importantes conquistas para o fortalecimento do conceito inclusão escolar, tal como é entendido.

Deste modo, Stainback (1999) *apud* Gai; Naujorks (2006, n.p) deixa claro que a inclusão escolar propõe a criação de um mundo em que as escolas e outras instituições se organizem levando em consideração as diferenças não criando, assim, uma ideia falsa de uniformidade. A partir disso, busca-se uma comunidade que se baseia no respeito e no apoio mútuo. Neste contexto, é necessário que o sistema educacional assuma esses objetivos e desperte no aluno o desejo de se desenvolver.

Gai; Naujorks (2006) ressaltam, em seus estudos, a contribuição de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência, ao ressaltarem a importância do meio como papel



relevante no desenvolvimento da criança, possibilitando assim elementos que compensem as dificuldades encontradas, além de impor limites a serem superados. Deste modo, é possível que a criança crie mecanismos próprios em busca de equilíbrio em suas funções de adaptação no meio social.

Atualmente, os alunos carregam em si uma rotulagem advinda da necessidade de diagnosticar e encaixar as crianças em grupos de iguais. A partir disso, Ribeiro; Mieto; Silva (2010) destacam que as crianças acabam sendo condenadas a carregarem consigo rótulos de pessoas com deficiência, nas quais não conseguem alcançar metas de aprendizagem e encaixar-se em modelos padrões das instituições de ensino. No entanto, a política inclusiva não conseguirá se efetivar se a rotulação atribuída pelos profissionais, para com as crianças, continuar vigente no contexto escolar, especialmente, quando a concepção dos profissionais é de que determinadas características são inatistas. (CARVALHO; TEIXEIRA; NEGREIRO, 2009).

Sobre a radicalização do processo de inclusão, Mendes (2006) destaca que, a princípio, a integração escolar era idealizada como um processo no qual o sistema educacional criaria condições de atendimento a todos os alunos. Para isso, seria capaz de favorecer e desenvolver as necessidades de cada um. Para o autor, nessa fase, os alunos deveriam ser preparados para assumir seus papéis na sociedade com suas especificidades.

Tendo em vista esta concepção, uma prática contrária às estabelecidas é apontada:

Uma proposta baseada em tal concepção caminha na contramão do processo de inclusão já que coloca uma divisão entre os alunos, sublinhando aqueles que necessitam da intervenção de uma equipe e aqueles que não a necessitam. Fazer com que alguns alunos fiquem “marcados” como problemáticos e como únicos casos que demandam apoio da equipe só contribui para que sua dificuldade de inserção no grupo se acentue. É preciso considerar não só o aluno a ser incluído, mas também o grupo do qual ele participará. (MEC, 2005, p. 10).

Para Garcia (2004), os professores também devem exercer papéis ativos, sendo responsáveis por mudanças no projeto político pedagógico, gestão escolar e nos processos ensino-aprendizagem. Ressalta-se, mais uma vez, a formação contínua para capacitar os profissionais.

A inclusão escolar visa a reestruturação do sistema de ensino, em que a escola se abra às diferenças de cada indivíduo, adquirindo competências necessárias para tomar posse de seu papel, sem distinções. Para tal, propõe-se que a escola enxergue os alunos com necessidades educacionais especiais como sujeitos que podem adquirir uma aprendizagem rica e

construtiva desmistificando, assim, a questão dos limites destes alunos em relação ao convívio com os demais (MINGHETTI; KANAN, 2010).

A importância da equipe interdisciplinar é ressaltada (BRASIL, 2005), por permitir pensar o trabalho no âmbito da educação desde múltiplos campos do conhecimento. A equipe multidisciplinar é fundamental para permear uma prática inclusiva juntamente com o professor, que atua diretamente com os alunos. A equipe é utilizada, na maioria das vezes, como último recurso para encaminhar somente aqueles alunos com dificuldades extremas em relação à aprendizagem.

### **2.3. PSICÓLOGO E ATRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Atualmente, a implementação das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva tem originado novos desafios relacionados à atuação dos psicólogos no contexto escolar. Desta forma, o psicólogo passa, em suas atribuições, de sua intervenção no modelo clínico para uma abordagem mais institucional e social. Entretanto, a Psicologia como ciência e profissão também colabora na focalização de modelos para atendimentos de alunos com necessidades educacionais especiais, focalizando a interação nas instituições escolares, excedendo enfoques individuais (MATOS, 2010).

Matos (2010) compreende que os psicólogos contam com um significativo reconhecimento de sua atuação profissional entendidos como profissionais especialistas no desenvolvimento humano. Contudo, são poucas as contribuições que enfoquem o profissional neste contexto de atuação, uma vez que as políticas inclusivas são recentes na perspectiva educacional.

De acordo com Serra e Paz (*apud* GOMES; SOUZA, 2011), é necessário ampliar os estudos que consideram uma visão sistêmica da inclusão, tirando do professor o estigma de único responsável pelas dificuldades dos alunos.

Cerqueira-Silva (2011) destaca a importância de ações de seguimentos distintos a serem integradas constituindo, desta forma, um processo bidirecional, globalizando a tríade pessoa, família e comunidade. Para a autora, este processo deve ocorrer simultaneamente, visando a inclusão e intervenção individual, familiar, grupal e comunitária do indivíduo.

Segundo Melo (2008), não existe um plano teórico prático que esteja definido e fechado de inclusão, assim como não há políticas e estratégias que estejam completamente formuladas. Para o autor, há um longo caminho para que o psicólogo percorra, a fim de buscar

sua ocupação expressiva na educação, visando a transformação da qualidade de ensino em seus aspectos educacionais e sociais.

A atuação do profissional de Psicologia na rede de ensino não se resume a trabalhar apenas com os alunos. Estes profissionais devem estar presentes atuando juntamente com a equipe multidisciplinar, nos processos de planejamento, estratégias de aprendizagem e avaliação.

Carvalho; Teixeira; Negreiros (2009) ressaltam, em seus estudos, que a Psicologia tem um compromisso social frente ao desafio da inclusão, uma vez que a atuação do psicólogo juntamente com a equipe multiprofissional, na escola, trabalha diretamente com profissionais, alunos e familiares. Desta maneira, destaca-se a importância deste trabalho em conjunto visando o máximo desenvolvimento dos indivíduos e suas capacidades, ressaltando o papel da família como grande aliada na promoção de esferas adaptativas da criança com a escola, em contribuição para a inclusão social.

Guzzo (2002) *apud* Melo (2008) menciona que o modelo da atuação profissional do psicólogo escolar brasileiro ainda não foi difundido, tendo em vista as inadequações na compreensão do papel desse profissional, que acompanha de perto o sistema educacional, vezes por meio das Secretarias de Saúde, outras em consultório particular, na qual não se pode exercer a psicologia escolar nestes meios.

Uma pesquisa realizada por Matos; Nuernberg (2010) mostra que há psicólogos que atuam na educação contratados com carteira assinada, mas, também, os que trabalham como prestadores de serviço, o que indica certa precarização nas formas de contratação do trabalho do profissional. Desta forma, além das inadequações do papel do profissional de Psicologia citados acima, há a inadequação por parte das instituições de ensino, no que diz respeito à atuação do profissional. Busca-se o rompimento de paradigmas, uma vez que o psicólogo é visto com um profissional que abarca a área da saúde, deste modo, em campo de atuação escolar, há uma distorção de seu trabalho.

Mello (2008) destaca:

A atuação do psicólogo escolar brasileiro deve pautar-se nas caracterizações das instituições educacionais, suas necessidades, seus problemas e suas fontes de recursos, estabelecendo uma parceria com a Educação e com os demais profissionais da instituição, ampliando a atuação, abarcando, dessa forma, os aspectos sociais, políticos, observando o contexto geral da sua inserção profissional, porque adquirindo uma nova postura formulará uma identidade própria na educação. (MELLO, 2008, p. 33)

Em oposição aos demais estudos, Gomes; Souza (2011) destacam que com uma visão segmentada e apolítica, a Psicologia ainda não conseguiu integrar seus reais conceitos com a realidade social, uma vez que enfocava o sujeito isoladamente, deixando as instituições de ensino livres de qualquer culpa pelo fracasso de seus alunos, nas qual eram responsabilizados por sua própria exclusão.

Mattos; Nuernberg (2010) constataram, em suas pesquisas, que a avaliação psicológica no contexto escolar tem fortes influências do modelo de atuação tradicional: clínico, com psicodiagnóstico realizado e enxergado de maneira reducionista. Na educação, o psicólogo é visto como aquele que diagnostica, classifica e encaminha, desta forma, os autores destacam que os profissionais devem evitar cair na lógica da estigmatização e buscar manejos que garantam a melhoria da atenção educacional dos alunos com deficiência.

Dentre as dificuldades do psicólogo na atuação escolar consta, segundo Orozco (2013), a percepção de que suas práticas estão atreladas ao modelo clínico de atuação. Além disso, há a percepção de que o psicólogo será o profissional capaz de resolver demandas e problemas diversos da escola espontaneamente. Isso é acarretado não apenas pelos próprios profissionais de Psicologia, mas, pelos diversos profissionais atuantes no processo. Isso se dá, na maioria das vezes, pela falta de informação e conhecimento acerca da atuação no ambiente escolar, além da dificuldade dos próprios psicólogos de abandonarem em suas práticas, o modelo clínico de atuação (Neves, 2009).

Minghetti; Kanan (2010) ressaltam que, no Brasil, a Psicologia Escolar vem avançando juntamente com a inclusão escolar, contribuindo como uma ciência do comportamento, visando a construção de um novo modelo de administração escolar. Para as autoras, a psicologia no âmbito escolar se dirige ao desenvolvimento biopsicossocial da criança, sem que esta seja enxergada com rótulos, focalizando a integração destes sujeitos.

Ainda de acordo com as autoras acima mencionadas:

“O Psicólogo inserido no ambiente escolar pode colaborar com o processo de ensino e aprendizagem das crianças com necessidades especiais, aquelas que, por algum motivo, encontrarem dificuldades de aprenderem e de conviverem com as demais. Poderá utilizar de intervenções e técnicas específicas do campo da Psicologia, visto que nem todas as crianças têm seu processo de socialização igual e que nem todas se apresentam dentro de um padrão, mas sim sempre inseridas e limitadas à sua potencialidade intelectual”. (MINGHETTI; KANAN, 2010, p. 432)

Dazzani (2010) ressalta alguns elementos que devem ser considerados no trabalho do psicólogo educacional:

- A concepção do estudante como sujeito social, visando as influências sistêmicas que interferem no sujeito;
- A importância dos aspectos institucionais e sociais onde a criança está inserida para a focalização nos problemas, dificuldades e queixas dos alunos. Essa compreensão pressupõe uma avaliação não somente das variáveis próprias do estudante, mas também, de aspectos do ambiente institucional, social e familiar;
- A meta da atuação do psicólogo, que deve propiciar que relações dentro da instituição, demandas sociais e expectativas dos estudantes sejam analisadas e compreendidas em uma relação direta.

Desta forma, Maciel; Raposo (2010) ressaltam a importância de um contexto amplo e significativo, abarcado pelo enfoque construtivista, na qual o indivíduo é compreendido como sujeito ativo e seu contexto observado como fundamentais para a aprendizagem educacional.

Considerando os pontos levantados nesta revisão, torna-se importante discutir e refletir sobre as práticas relacionadas ao psicólogo e suas influências frente à inclusão, afim de que esse conhecimento possa se transformar em medidas e práticas que contribuam para efetivação e melhoria da inclusão escolar brasileira.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

Detectar as demandas de acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais.

### **Objetivos específicos**

- Analisar questões relacionadas à inclusão de alunos com necessidades especiais na rede pública de ensino;
- Caracterizar as possíveis práticas psicológicas na instituição de ensino e suas contribuições;
- Identificar se há acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais por profissionais de Psicologia e, se sim, como ocorre.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia**

A construção de conceitos de fenômenos e objetos de pesquisa dá-se, assim como Carvalho *et al* (2000) expõem em sua obra: “o conhecimento do tipo senso comum, por exemplo, como todo conhecimento, produz informações sobre a realidade. No entanto, tais informações normalmente se prendem aos seus objetivos mais imediatos” (p.2). Visando explorar aspectos ainda desconhecidos pelos pesquisadores, as pesquisas não se contentam com informações superficiais sobre um aspecto da realidade, mesmo que esta informação seja útil de alguma maneira. É neste aspecto que as pesquisas se baseiam, no olhar crítico na busca de julgamentos.

Para os autores acima mencionados (CARVALHO *et al*, 2000), o conhecimento científico se caracteriza também como uma procura das possíveis causas de um acontecimento. Assim, busca compreender ou explicar a realidade, apresentando os fatores que determinam a existência de um evento. Quando se fala em método, busca-se explicitar quais são os motivos pelos quais o pesquisador escolheu determinados caminhos e não outros, e que determinam a escolha de certa forma de fazer ciência. Neste sentido, a questão do método é teórica, uma vez que se refere aos pressupostos que fundamentam o modo de pesquisar que, como o próprio termo sugere, são anteriores à construção das informações na realidade.

Na pesquisa qualitativa, as entrevistas não se constituem como um instrumento fechado, mas sim num diálogo entre pesquisador e pesquisado, entretidos ao contexto social (GONZÁLEZ REY, 2002).

### **4.2- Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em dois contextos: uma instituição de ensino pública, da rede municipal, localizada na cidade de Barretos, interior do estado de São Paulo, onde foi realizada a entrevista com a professora. Esta escola atende aproximadamente 238 alunos, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. As idades dos alunos variam entre 10 e 15 anos. Para coleta de dados sobre o profissional de Psicologia, foi entrevistada uma Psicóloga de outra instituição escolar, uma vez que a primeira escola não contava com este profissional.

### 4.3- Participantes

Foram participantes da pesquisa profissionais da área da educação que lidam diretamente com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais sendo 01 professora da sala de recursos, e 01 psicóloga escolar. A faixa etária das entrevistadas varia entre 30 e 45 anos, respectivamente, sendo ambas casadas. Em relação à formação dos profissionais de psicologia e docente, destaca-se que a primeira é formada à 2 anos e a segunda a 29 anos.

### 4.4 – Materiais

Para elaboração e realização da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- Caneta, lápis e borracha
- Papel
- Gravador
- Câmera Fotográfica
- Computador
- Impressora
- Pen Drive

### 4.5 - Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

- **Ficha de dados gerais**, elaborada para a pesquisa, contendo dados para a realização do perfil demográfico dos participantes, como: idade, sexo, formação, área de atuação, além de outras informações consideradas importantes (Apêndice A).
- **Roteiro de entrevista semi-dirigida**, elaborada para o estudo, contendo questões referentes à vivência educacional e inclusão escolar (Apêndice B).
- **Carta de apresentação**, contendo informações relacionadas ao pesquisador, apresentada pelos profissionais responsáveis pelo curso. Expõe como requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental (Anexo A).



- **Aceite Institucional**, apresentado às instituições de ensino participantes, contendo informações relevantes relacionadas à participação da instituição na pesquisa, na qual o responsável da instituição assume estar de acordo com a realização da pesquisa (Anexo B).
- **Termo de consentimento livre e esclarecido**, contendo a garantia de sigilo da identidade, de que a participação no estudo é voluntária e que os participantes foram informados com clareza acerca dos procedimentos que serão submetidos, sobre os objetivos da pesquisa e o uso que será feito das informações coletadas (Anexo C, Anexo D)

#### **4.6- Procedimentos de Construção de Dados**

Os profissionais foram contatados através de instituições de ensino na qual atuam profissionalmente. Após isso, foram convidados a participar da pesquisa e apresentados os objetivos.

Na ocasião, foi destacado o caráter voluntário da participação na pesquisa, bem como garantia de sigilo e anonimato. Foi assegurado que caso não quisessem responder a alguma questão, poderia fazê-lo, sem prejuízo algum e que poderia desligar-se da pesquisa a qualquer momento que julgassem conveniente.

Aceitando participar da pesquisa, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram agendadas nos horários mais adequados aos participantes, gravadas mediante autorização prévia e realizadas individualmente, tendo a realização das entrevistas ocorrido na própria escola, de acordo com a preferência e disponibilidade do participante.

#### **4.7- Procedimentos de Análise de Dados**

As entrevistas foram transcritas na íntegra. Apesar de o objetivo da transcrição ser transpor as informações orais em informações escritas, nesse processo, ocorreram um segundo momento de escuta, a busca por impressões e hipóteses, em que afloram intuitivamente durante o ato de escutar e transcrever (MANZINI, 2008).

Os respectivos conteúdos das entrevistas foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo proposta por Minayo (2004), cujo escopo consiste na construção de categorias que permitam a descoberta e a classificação das ideias e conceitos que suportam os

discursos dos entrevistados e a comparação dessas com suposições inicialmente levantadas e com a literatura pesquisada.

O procedimento para a análise das informações envolveu a leitura do material e apreciação das entrevistas; em seguida, os conteúdos foram examinados de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Minayo (2004), comparando-os com os objetivos propostos nesse trabalho. As respostas das participantes foram divididas de acordo com os objetivos e em seguida foram agrupadas conforme seus conteúdos e categorias.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, estarão dispostas as categorias de análise, elaboradas a partir dos depoimentos obtidos das respostas das participantes nas entrevistas, sintetizadas em focos de estudo coerentes com o objetivo deste estudo. Serão analisados e discutidos os seguintes itens:

- Percepções sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.
- Práticas psicológicas e contribuições.
- Percepções sobre acompanhamento psicológico

### Categorias de Análise

#### 5.1. Percepções sobre inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesta primeira categoria, que se refere a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, destaca-se a compreensão de cada profissional sobre o processo de inclusão:

Percepção sobre inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.		
Inclusão	Quantidade de alunos inclusos	Experiências profissionais com alunos com necessidades educacionais especiais
Inclusão a todos sem distinção por características.	De 10 a 16 alunos	Perfis distintos de profissionais. Experiente X Pouca experiência.

##### 5.1.a) Inclusão:

As participantes foram entrevistadas a respeito de suas trocas destacaram suas concepções sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular. Segundo elas, a concepção acerca da inclusão baseia-se em um fazer que não distinga por qualquer característica ou condição. Ambas as entrevistadas apresentaram convergências acerca da inclusão, como ilustrado em seus relatos:

*“[...] é o acolhimento de todas as pessoas, sem exceção, no sistema de*

*ensino, independente de raça, cor, religião, condições psicológicas ou físicas...”*  
(Psicóloga)

*“[...] incluir a todos sem diferenciação, porque quando a gente inclui... Não só a criança com deficiência. Inclusão é incluir o gordinho, é incluir aquele que você acha que... as vezes ele não tem deficiência nenhuma, intelectual... não apresenta nada... Então o pessoal acha que incluir são só pessoas com deficiência, e não, incluir é a todos...”* (Professora)

### **5.1.b) Quantidade de alunos inclusos.**

As participantes entrevistadas citaram a quantidade de alunos em inclusão escolar que são atendidos na instituição de ensino em que atuam. Ambas as entrevistadas apresentaram quantidade semelhante de alunos na qual atendem:

*“ [...] cerca de 10 alunos...”* (Psicóloga)

*“[...] 16 alunos... eu tenho muitos alunos aqui, que eu atendo... Mas tem mais alunos aqui que é inclusão, mas não estão no A.E.E...”* (Professora)

### **5.1.c) Experiências profissionais com alunos com necessidades educacionais especiais:**

As participantes, que foram entrevistadas sobre as suas experiências com alunos com necessidades educacionais especiais, naquela escola ou em anteriores, e se já fizeram capacitações a respeito. Nota-se aqui uma grande discrepância entre o perfil das profissionais. De um lado, uma docente que conta com anos de experiência e capacitações e de outro, a psicóloga é nova na área de atuação e com menos capacitações:

*“ [...] o cenário é recente então estão sendo feitas medidas para mudar paradigmas... Uma equipe multidisciplinar já está conseguindo avanços quanto à inserção dos alunos na escola e no social... Não realizei cursos de capacitação”* (Psicóloga)

*“ [...] já atendi aqui deficiência física... mas a maior parte das crianças são deficiência intelectual... Eu fiz especialização e eu tenho 7 cursos de 180 horas... Tenho libras, tenho braile... Tudo dentro da área da inclusão, a maioria...”* (Professora)

A ideia principal dos profissionais quanto à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais circula entre o acolhimento e inclusão sem distinções. A Constituição Federal de 1988 garante a proteção, integração social, além do atendimento educacional especializado a todos os alunos com ou sem deficiência, preferencialmente, nas salas de ensino regular. Mantoan (1998) afirma que o princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. Isto pode ser exemplificado na fala da professora, na qual cita que em seu trabalho na sala de recursos, são inseridos somente os alunos “públicos de A. E. E.”. De acordo com a participante, a inclusão escolar se dá a todos os

alunos, sendo aqueles com deficiências ou não. Alunos considerados com qualquer tipo de síndromes e desajustes emocionais, são classificados como inclusão, porém não são inseridos na sala de recursos. Ainda de acordo com a profissional, estes alunos, são acompanhados por uma equipe de psicopedagogos da secretaria municipal, e não na própria escola. Desta forma, nota-se aqui uma discrepância entre a obra de Manotan (1998) e a realidade enfrentada pelos alunos.

Ao considerarmos a democratização e defendermos a escola e todos os âmbitos sociais com políticas de igualdade, estamos lutando contra aspectos históricos que ainda sustentam a exclusão. Mazzotta; Souza (2000) salientam que este processo de exclusão vem se concretizando ao longo do tempo. Para o autor, não devemos nos abstrair em relação aos mecanismos de uma não descriminalização, em nome de uma educação para todos, correndo o risco de manter no sistema, uma “garantia” que não assegure reais aprendizagens.

Buscando a garantia da qualidade de ensino a todos os alunos, luta-se por diretrizes que sustentem a educação a todos os alunos. A Superintendência das Escolas do Estado de Fortaleza – SEFOR (2010) criou um documento que apresenta resoluções para os planos de execução para os serviços educacionais especiais para a região. Segundo o documento, para um atendimento especializado e de qualidade a todas as crianças, destina-se a cada sala uma média de 5 a 8 alunos com deficiência no ensino infantil, de 7 a 10 alunos no ensino fundamental e de 15 a 20 alunos por sala, no ensino médio. As profissionais entrevistadas não citaram se nas escolas na qual atuam há quantidade máxima de alunos com qualquer tipo de necessidades educacionais especiais, porém observa-se nos discursos que a prática contraria esta afirmação, uma vez que a professora atende em sua sala de recursos o dobro do que o exemplificado. Destaca-se aqui, que dentre os alunos considerados como público de A.E.E. foram contabilizados como aproximadamente desta quantidade, porém as demandas de acompanhamento psicológico são maiores que isto, uma vez que grande parte destes alunos que necessitam de acompanhamento pelo profissional de Psicologia não são atendidos pelo A.E.E.

Outro aspecto de grande relevância, importante de se destacar, é sobre a formação dos profissionais para atendimento a esses alunos. O processo de formação contínua é citado por Pletsch (2009), para quem estudos recentes têm provado a necessidade de melhoria na formação e capacitação dos profissionais para melhor eficácia na inclusão de todos os alunos. Os dados da pesquisa apresentam grande discrepância entre as participantes, visto que uma está há anos atuando a frente da educação inclusiva e outra está no início da carreira. De um lado há anos de formação e capacitações, de outro uma recente formação.

Tartuci *et al* (2013) ainda complementa que, a partir da capacitação destes profissionais, as competências se desenvolvem para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais e para o trabalho em equipe, visando o modo colaborativo com professores e demais profissionais responsáveis pelo atendimento educacional especializado. A autora ainda ressalta a problematização em relação ao pouco investimento para a educação inclusiva.

Em relação a isso, observa-se que as profissionais entrevistadas têm perfis distintos relacionados à formação e capacitação contínua. Não notamos um modo colaborativo de atuação e sim um trabalho fragmentado na qual a professora realiza seu trabalho e, de outro lado, a psicóloga realiza outro trabalho vindo da demanda encaminhada pela professora. Na teoria há complementariedade de trabalhos; já na prática, notam-se atuações divididas, nas quais muitas vezes há devolutiva dos procedimentos adotados, porém a atuação multiprofissional, troca de saberes e atuações complementares ainda são falhas.

A constante necessidade de capacitação, que pode ser considerada, atualmente, um fator indispensável a qualquer área de atuação profissional, no fazer psicológico ganha uma conotação que vai além da atualização de conhecimentos, este torna-se o caminho por excelência na construção da identidade profissional; no fazer docente também, uma vez que sua capacitação contribui de modo significativo na constituição de práticas docentes cada vez mais qualificadas.

## 5.2 - Práticas psicológicas

Quanto à percepção das participantes em relação às práticas psicológicas na educação, as seguintes categorias foram apontadas: **a) alunos em inclusão atendidos, b) principais atribuições do psicólogo, c) maiores dificuldades do psicólogo.**

Práticas Psicológicas		
Alunos em inclusão atendidos	Principais atribuições do psicólogo	Maiores dificuldades do psicólogo
Acompanhamento para alunos que não frequentam A. E. E.	Suporte à escola frente as dificuldades dos alunos; orientação a profissionais	Rompimento das atribuições relacionadas ao modelo clínico de atuação

### **5.2.a) Alunos em inclusão atendidos:**

As participantes declararam como são atendidas as necessidades educacionais dentro e fora de sala de aula nas escolas que atuam:

*" [...] na realidade, não são totalmente atendidas, pois a maioria dos alunos acabam se excluindo das atividades..." (Psicóloga)*

*" [...] nós temos acompanhamento, porque os que não vão ao AEE, que são crianças que não foram avaliadas como criança de AEE... Temos um grupo de atendimento, atende crianças com problemas sociais, hiperativo, com problemas de dislexia, essas deficiências não são público alvo do AEE... (Professora)*

### **5.2.b) Principais atribuições do psicólogo:**

Relatou-se uma visão acerca das pertinências do trabalho do psicólogo na educação.

Como demonstrado abaixo no relato, a psicóloga entrevistada tem ideia de sua atribuição de uma forma ainda desconhecida pelos gestores e instituições escolares. Remete-se, aqui, ao profissional como mediador de demandas escolares.

*"[...] Oferecer suporte aos professores com buscas relacionadas as dificuldades das crianças, identificar variáveis que interferem na manutenção do problema, propor e desenvolver estratégias e planos de intervenção, avaliar e diagnosticar". (Psicóloga)*

### **5.2.c) Maiores dificuldades dos psicólogos:**

A participante revelou a maior dificuldade para sua atuação na educação.

*"[...] Desfazer o paradigma de que o psicólogo não faz clínica na escola e sim é um agente de mudanças junto à equipe desde coordenação até operacionais..." (Psicóloga)*

A atribuição do profissional de Psicologia torna-se, cada vez mais, alvo de discussão e novos estudos exploratórios. Esta área de atuação busca, diariamente, romper barreiras em seu desempenho na educação.

Em seus estudos, Vieira (2008) ressalta as representações dos demais profissionais em relação ao psicólogo escolar. Segundo o autor, *"as exigências dirigidas ao psicólogo e advindas dos contextos educativos e escolares assentam-se em expectativas irreais e desinformadas sobre a ação desse profissional"* (p.187).

Isso vai de encontro ao expressado pela participante, sobre as ideias de formas de atuação do psicólogo no contexto educacional ainda estar atrelado aos modelos clínicos de atuação (OROZCO, 2013). Além do mais, o esboçado pela psicóloga condiz com a literatura, uma vez que esta também atribui ao psicólogo avaliações e diagnósticos, desde que estes não tenham práticas voltadas para o ambiente escolar, e não individual (clínico).

Em sua pesquisa, Sant’Ana (2011) indicou que dentre os principais aspectos que os profissionais da educação relacionavam o psicólogo estavam a orientação ao trabalho docente e demais membros da equipe, realização de atividades direcionadas aos alunos, em geral, e o trabalho em conjunto com a família. Esta pesquisa corrobora os dados apresentados pelas profissionais entrevistadas, na qual consideram o profissional de Psicologia apenas como mediador de conflitos psicológicos, não atribuindo a este seu papel de mediação também social e escolar. A autora ainda ressalta a importância do profissional de Psicologia na busca de uma compreensão sobre o contexto educativo na qual está inserido e suas dimensões tanto sociais, quanto políticas e educacionais, colaborando assim para as práticas educativas.

### 5.3 - Acompanhamento Psicológico

Nesta categoria foram elencadas as seguintes unidades de análise: **a) Demandas de acompanhamento identificadas, b) Como são realizados os acompanhamentos, c) O que é feito a respeito.**

Acompanhamento Psicológico		
Demandas de acompanhamento identificadas	Como são realizados os acompanhamentos	O que é feito a respeito
Inserção social, dificuldades de aprendizagem.	Grupos, avaliação e diagnóstico	Encaminhamento para setor responsável.

#### 5.3.a) Demandas de acompanhamento identificadas:

As participantes entrevistadas contaram como e quais são as demandas identificadas.

*"São identificadas e encaminhadas quando necessário... Inserção social, aceitação social, um professor com possibilidade para alfabetizá-lo, ou quando não é viável, inseri-lo no contexto e atividades de sala" (Psicóloga)*

*"A maioria deles necessita, porque tem baixa autoestima. 90% dos alunos tem baixa autoestima. Então necessita de atendimento, não pode a rede ficar sem psicólogo..." (Professora)*

#### 5.3.b) Como são realizados os acompanhamentos:

Os participantes citaram:

*[...] "É agendado pela educação, mas quem acompanha o filho são os pais. Os pais é que vão dar detalhes para a psicóloga... Nós temos a equipe e quando... além da psicóloga, nós temos agendamento na APAE... a Assistência que tem na APAE é*



*especializada para cada deficiência... (Professora)*

*“ São realizados encontros em grupos, atividades lúdicas de interesse do mesmo, e junto com a sala de recurso um plano de ensino destinado àquele aluno.” (Psicóloga)*

### **5.3.c) O que é feito a respeito:**

As participantes citaram o que é feito a partir dos acompanhamentos.

*[...] “São feitas intervenções e estratégias necessárias, porém a limitação por conta da hierarquia e modelo arcaico de escola atrapalham a evolução do mesmo. A escola tem devolutiva...” (Psicóloga)*

*“A psicóloga sempre manda um relatório. Nós temos o portfólio de acompanhamento da criança, mandado na própria matrícula da criança. Então dá pra fazer um acompanhamento esquematizado, acompanhando o ano todo... dando uma continuidade.” (Professora)*

O Conselho Federal de Psicologia (2013) em uma publicação sobre as referências técnicas para atuação de psicólogos na educação básica, expõe as atribuições dos psicólogos no contexto escolar. Segundo o Conselho, uma das maiores dificuldades dos psicólogos nos contextos educacionais se dá pela ênfase clínica, como já citado anteriormente, apontada como um dos maiores entraves para uma atuação crítica da (o) psicóloga (o) em contextos educacionais. Deste modo, a prática psicológica continua sendo a mesma, em que os profissionais realizam anamnese e avaliações. O trabalho do psicólogo deve focalizar formas de enfrentamentos de preconceitos, buscando a compreensão histórico-social. Além do exposto, o Conselho Federal de Psicologia ressalta que:

*“...é importante destacar que o profissional pode desenvolver ações como: acompanhamento do aluno de inclusão no contexto escolar; participação na articulação de serviços para o atendimento do estudante com deficiência, na busca da garantia de atendimentos em outras áreas; mobilização de encontros e participação em reuniões com os profissionais que atendem esse aluno, auxiliando assim também compreensão dos professores acerca das necessidades especiais; reflexão e adequação do processo de avaliação psicopedagógica; inserção de discussão e possibilidades de atuação nos Projetos Políticos Pedagógicos, contribuindo com a construção do plano da escola e desenvolvendo programas e outras situações para promover a apropriação do conhecimento por todos alunos.” (p.62)*

Ao caracterizar estas intervenções, reconhece-se a importância do trabalho multidisciplinar, buscando a ação da equipe com demais profissionais, havendo uma troca entre os saberes de áreas distintas. Destaca-se aqui, que ambos os modelos de atuação pesquisados apresentam diferenças. De um lado, o acompanhamento e intervenção ocorre dentro da própria escola e de outro lado, fora da escola através de encaminhamentos, identificados através de demandas clínicas. Além do mais, todos os acompanhamentos

realizados são passados para a escola através de devolutivas, com o intuito de dar continuidade ao trabalho já realizado.

Os discursos dos participantes revelaram que não há um modelo pré-definido de atuação, tanto do acompanhamento psicológico quanto do atendimento educacional especializado, visto a especificidade de cada indivíduo, que requer práticas únicas.

Em relação às demandas psicológicas na escola, as que se destacam é a construção do projeto político pedagógico, auxílio no processo ensino-aprendizagem, formação de educadores e grupos de alunos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como escopo principal detectar as possíveis demandas de acompanhamento psicológico na rede de ensino regular e sua relação com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

A partir da construção das informações nota-se que o modo de atuação e suas contribuições ainda não estão claras perante os profissionais, além da inexperiência e de falta de investimento na sua capacitação sendo, muitas vezes, designados para exercer certa função e não estão capacitados para isso e, conseqüentemente, mostram uma prática ainda não consolidada.

Através deste estudo, identificamos um sistema de ensino enrijecido, que dificulta a prática, por parte do profissional de Psicologia. De outro lado, mostra o preparo e experiência do profissional docente entrevistado, porém com a necessidade do apoio da rede de ensino. Discute-se aqui a importância da equipe interdisciplinar abordando a soma de saberes nos múltiplos campos de conhecimento.

Alguns fatores dificultaram a realização desta pesquisa, principalmente, no que se relacionou ao acesso aos profissionais de Psicologia na rede de ensino pesquisada. Os dados da pesquisa são insuficientes para se fazer considerações mais amplas quanto à atuação dos psicólogos em conjunto com o profissional docente entrevistado. Tal dificuldade deu-se pelo fato de que a secretaria de educação do município de Barretos, interior do Estado de São Paulo, não conta em sua equipe com um profissional de Psicologia. Atualmente, os profissionais que prestam serviço às escolas são cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde, o que reforça as discussões sobre a equipe multidisciplinar nas escolas e instituições de ensino que lutam pela inclusão. Fica explícito, mais uma vez, o despreparo das secretarias, na qual na teoria é defendido a atuação e contribuição destes profissionais e na prática é algo ainda longe de ser efetivado.

Os pontos de destaque apontados por esta pesquisa referem-se ao apoio à formação e preparo de ambos os profissionais – psicólogos e professores – a serem estimulados e financiados pela rede de ensino, o que não foi comprovado pela pesquisa. Outro aspecto que merece relevância diz respeito à necessidade de uma maior clareza no papel do psicólogo quanto profissional efetivo na área da educação, além do trabalho em rede, levando em consideração as devolutivas dadas pelos profissionais que acompanham os alunos, unindo-os

a melhoria da atuação profissional. A partir disso, a pesquisa evidenciou a necessidade de maiores discussões e estudos acerca deste assunto.

Espera-se ter contribuído para a ampliação da discussão sobre o assunto, a fim de que se possam ser debatidos com maior profundidade as várias dimensões relacionadas a esse tema.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

BRASIL. **Decreto 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Não paginado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm)>

BRASIL. **Decreto 7611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República / Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2011.

CARVALHO, A. C. S.; TEIXEIRA, S. M. O.; NEGREIROS, F. **Entre o discurso e a Ação: A Inclusão Escolar sob a Ótica dos Professores do Piauí**. Acesso em: 07/10/2015. Disponível em <<http://www.ufpi.br>> 2010.

CARVALHO, A. *et al.* **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000, p. 1-13.

CERQUEIRA-SILVA, S. **Atenção à família com necessidades especiais**: perspectivas de gestores, profissionais e familiares. Tese de Doutorado apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2011, 255 páginas. Acesso em 01/11/2015. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8892/1/2011\\_SimoneCerqueiradaSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8892/1/2011_SimoneCerqueiradaSilva.pdf)>

COELHO, C. M. M. **Inclusão Escolar**. In: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Editora UNB, 2010

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 58 p.

DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010 . Acesso em 23/10/2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais** – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos** – DUDH. Assembleia Geral da ONU, A/Res/3/217A (10 de dezembro de 1948).

GAI, D.N.; NAUJORKS, M.I. (2006). Inclusão: Contribuições da Teoria Sócio-Interacionista à Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência. **Revista Eletrônica Educação Especial**. Acesso em 23/10/2015. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce>>

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. 1 v. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GOMES, C.; SOUZA, V. L. T. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 86, 2011. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>

GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

JUNG, C.F. **Metodologia científica**. Materiais para fins didáticos. 2009. Acesso em 18/10/2015. Disponível em <[www.dsce.fee.unicamp.br](http://www.dsce.fee.unicamp.br)>

KELMAN, C. A. Sociedade, educação e cultura. In: **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

MACIEL, D. V.; RAPOSO, M. B. T. A. Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão In: **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Ed. UnB, 2010. p. 74- 88.

MANTOAN, M. T. E. Integração X inclusão – Educação para todos. **Pátio: Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, n. 5, maio/jul. 1998a.

MANZINI, Eduardo Jose. **A entrevista na pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise**. (Tese em Educação), 2008

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Curitiba: Editora UFPR, n. 23, 2004. p.185-202. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/>>

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação de políticas educacionais. **Revista Praxis Educacional**, Bahia, v. 10, nº 16. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2889>>

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. A Intervenção do Psicólogo em Contextos de Educação especial na Grande Florianópolis. **Revista brasileira de educação especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 197-214, ago 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

MAZZOTTA, M. J. S.; SOUSA, S. M. S. Inclusão escolar e educacional especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da Clínica**, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/60917/63953>>

MELO, L. G. **A inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br>>

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil, **Revista Brasileira de Educação.** V. 11, n. 33, set/dez. 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINGHETTI, L. R.; KANAN, L. A. (2010). **Atuação do psicólogo no contexto da inclusão escolar de crianças com necessidades especiais.** Visão Global, 13(2): 419-440. <<http://editora.unoesc.edu.br>>

MITJÁNS-MARTÍNEZ, A. **O que pode fazer o Psicólogo na Escola?:** contribuições da psicologia no contexto escolar. Em aberto [no prelo], Brasília, INEP (2010).

OGA, R. Y. L. T.; CRUZ, M. T. S. **A busca pela qualidade de vida no ambiente universitário: relato de uma experiência.** São Paulo: Risus, 2010. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/risus>>

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças.** 1948.

OROZCO, L. B. **Inclusão Escolar de Alunos (as) com Necessidades Educativas Especiais a partir da Perspectiva de Psicólogos (as) Escolares.** Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2013

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educação em revista.**, Curitiba , n. 33, p. 143-156, 2009 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 02 Nov. 2015.

RIBEIRO, J. C. C.; MIETO, G.; SILVA, D. N. H. **A Produção do Fracasso Escolar.** In: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Editora UNB, 2010

RORIZ, T. M. S.; AMORIM, K. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas. **Psicologia. USP,** São Paulo , v. 16, n. 3, p. 167-194, Set. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

SANT'ANA, I. M. Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Vertentes (UFSJ),** p. 26-38, 2011.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação,** São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9. Disponível em: <[bauru.apaebrasil.org.br](http://bauru.apaebrasil.org.br)>

SEFOR. **Diretrizes da Educação Especial.** Ceará, 2010. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/icesonline/diretrizes/diretrizeseducaspec>> Acesso em:

02/11/2015

TARTUCI, D.; SILVA, M. R.; FREITAS, A. D. A formação dos professores do atendimento educacional especializado e a formação do professor de apoio à inclusão em goiás: uma análise da legislação. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência** – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013. Disponível em: <[http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Marcia\\_Rodrigues\\_da\\_Silva\[coatAdriana\(i\)\].pdf](http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Marcia_Rodrigues_da_Silva[coatAdriana(i)].pdf)> Acesso em 02/11/2015.

VIEIRA, R.; C. **O psicólogo e o seu fazer na educação:** uma crítica que já não é mais bem-vinda. *Psicologia da Educação*, n. 27, p. 179-192, 2008.



## APÊNDICES



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

## APÊNDICE A - FICHA DE DADOS GERAIS

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Estado civil:** \_\_\_\_\_

**Formação Acadêmica:** \_\_\_\_\_

Pós graduação / Especialização: \_\_\_\_\_

Mestrado: \_\_\_\_\_

Doutorado: \_\_\_\_\_

**Ano de formação:** \_\_\_\_\_

**Área de atuação:** \_\_\_\_\_



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O que é inclusão escolar para você?

---

---

---

Há alunos de inclusão nas escolas da qual você atua?

---

---

---

Quais são as principais necessidades educacionais especiais que os alunos apresentam?

---

---

---

Como é realizado seu trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

Como estas necessidades educacionais especiais são atendidas em sala de aula e fora dela?

---

---

---

Quais suas experiências, nesta escola e anteriores, com alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

---

Você já fez algum curso (s)/ Capacitação na área de educação inclusiva? De que outras fontes podemos obter informação a respeito da educação inclusiva?

---

---

---

Quais as suas principais atribuições no trabalho com os alunos em inclusão?

---

---

---

São identificadas demandas de acompanhamento psicológico nos alunos com necessidades educacionais especiais desta escola?

---

---

---

Quais são as demandas de acompanhamento psicológico? Como ele é realizado?

---

---

---

O que é feito a este respeito dos acompanhamentos e dos alunos em inclusão?

---

---

---

Você tem algo a acrescentar sobre o tema?

---

---

---

## **ANEXOS**

## ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo: Barretos/SP**

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### **Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a) Gabriela Cristina Bossi da Silva que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

---

Dinelaine Sarti Dini de Freitas

Coordenador(a) do Polo

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**

## ANEXO B – ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa Possíveis contribuições do acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Gabriela Cristina Bossi da Silva**, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Mestre. **Patrícia Cristina de Campos Ramos**.

O estudo envolve a realização de entrevistas e observações do atendimento *local na instituição a ser pesquisado*) com professores e psicólogos. A pesquisa terá a duração de 02 dias, com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição



**ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR**

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **“Possíveis contribuições do acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais”**. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semi-dirigida.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fichas de dados gerais, roteiros de entrevista e gravações, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (17) 99218-9480 ou no endereço eletrônico [gabrielabossi\\_01@hotmail.com](mailto:gabrielabossi_01@hotmail.com). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

---

Gabriela Cristina Bossi da Silva - Pesquisador

---

Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

**ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PSICÓLOGO**

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Psicólogo(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **“Possíveis contribuições do acompanhamento psicológico de alunos com necessidades educacionais especiais”**. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semi-dirigida.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fichas de dados gerais, roteiros de entrevista e gravações, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (17) 99218-9480 ou no endereço eletrônico [gabrielabossi\\_01@hotmail.com](mailto:gabrielabossi_01@hotmail.com). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

---

Gabriela Cristina Bossi da Silva – Pesquisador

---

Assinatura do Psicólogo

Nome do Psicólogo: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_